

01

ENFURECIDAS: MULHERES E A NATUREZA

*Donna Andrews, Kiah Smith e
M. Alejandra Morena*

Donna Andrews é pesquisadora em Estudos Críticos sobre Alimentos da Universidade do Cabo Ocidental, na África do Sul. Ela é participante ativa da Escola Feminista da Assembleia Rural de Mulheres, e do Tribunal Permanente dos Povos sobre Empresas Transnacionais na África Austral.

Kiah Smith é pesquisadora da Universidade de Queensland, em Brisbane, Austrália (Projeto Futuro de Alimentos Justos e Sociedade Civil). Ela é membra da rede Future Earth e co-convocadora da Aliança por Alimentos Justos.

M. Alejandra Morena é uma especialista feminista dos direitos humanos. Ela é editora-chefe do Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição, e coordenadora para a América Central da FIAN Internacional.

O projeto Estudos Críticos sobre Alimentos procura desenvolver conhecimentos sobre os contextos, significados culturais e quadros epistemológicos associados a sistemas alimentares.

O Projeto Futuro de Alimentos Justos e Sociedade Civil promove o diálogo entre ativistas de base da justiça alimentar e formuladores de políticas na Austrália.

A FIAN Internacional foi fundada em 1986 como a primeira organização internacional de direitos humanos a defender a realização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas.

“As mulheres estão, e sempre estarão, no centro da criação de políticas alimentares radicais que têm o poder de nos reconectar com a natureza, reconstruir as relações sociais, e priorizar a justiça interseccional.”

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais à Felogene Anumo (Associação pelos Direitos das Mulheres no Desenvolvimento, AWID, na sigla em inglês), e Priscilla Claeys (Universidade de Coventry e FIAN Bélgica) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |

[Astrud Lea Beringer](#) / Todos os direitos reservados.

No coração do norte da Síria, emerge entre as ruínas uma aldeia ecológica construída por mulheres e para mulheres de diversas origens e crenças. Elas constroem as suas casas, escolas e propriedades agrícolas com as próprias mãos. No meio da violência, estas mulheres criam um lar tranquilo para si mesmas e os seus filhos, livres da opressão do patriarcado e respeitando a natureza. Este é apenas um dos exemplos da edição deste ano do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* (ou simplesmente, o *Observatório*), que continua a apoiar a luta de pequenos produtores e produtoras e as pessoas mais afectadas pela fome e pela malnutrição.¹ O *Observatório*, alicerçado nas experiências vividas por pessoas reais, procura contribuir com a transformação radical dos nossos sistemas alimentares para garantir a concretização do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas para todos, sem discriminação. Colaboradores e colaboradoras do *Observatório* há muito ressaltam o papel central das mulheres nos sistemas alimentares e no trabalho com alimentos², destacando os direitos das mulheres como um componente inalienável de uma compreensão holística do direito à alimentação e à nutrição.³

Os colaboradores e colaboradoras deste ano buscam ampliar essa visão, colocando as mulheres no epicentro da luta pela soberania alimentar. É um enfoque oportuno, dado o crescente surto de violência e ataques contra as mulheres (e comunidades em geral) que procuram reimaginar os alimentos, o meio ambiente e a economia de maneiras que não se conformam com a ascensão do poder das empresas e dos governos neoliberais de direita. É em face da violência sistémica — que é inerente ao capitalismo patriarcal e sustenta a atual crise ecológica — que a luta individual e colectiva das mulheres pelo direito à alimentação e à nutrição se situa.

¹ Entre 2008 e 2018, o *Observatório* recebeu contribuições de cerca de 275 autores e autoras, organizações da sociedade civil e movimentos sociais de todo o mundo. Em todas as edições, o equilíbrio regional e de género é fundamental.

² Por trabalho com alimentos, nos referimos a todas as atividades/trabalho em torno dos alimentos: desde a produção, preparação e distribuição, até a compra/compartilhamento e descarte de alimentos.

Como autoras deste artigo introdutório, alinhavamos as histórias compartilhadas nesta edição através do nexos mulheres-violência-natureza. Os cinco artigos refletem uma série de lutas, ativismo e análise das mulheres em relação ao direito à alimentação e à nutrição. Cada um à sua maneira, os artigos: (i) trazem à tona o clima político predominantemente de direita em que esse ativismo ocorre; (ii) destacam a violência instigada pelo Estado através de várias políticas internacionais e nacionais discriminatórias que agem para limitar e restringir a autonomia das mulheres, reduzindo e enfraquecendo o seu direito à alimentação, à nutrição e a outros direitos humanos; (iii) esclarecem como o patriarcalismo e um sistema de alimentação e agricultura hegemónico, capitalista e neoliberal têm um impacto negativo tanto nas mulheres quanto na natureza; e (iv) revelam o movimento de resistência por um sistema alimentar justo. Consideramos essas informações como evidência de um sistema alimentar em que tanto as mulheres quanto a natureza são exploradas, excluídas e tornadas invisíveis, ao mesmo tempo em que demonstram novas formas de conviver com outras pessoas e com a natureza.

AS MÃOS OCULTAS

O foco desta edição do *Observatório* é sobre as mulheres e os artigos foram desenvolvidos predominantemente por mulheres de todos os cantos do mundo.⁴ Os cinco artigos dão visibilidade explícita às mulheres negras, *dalits*, indígenas, migrantes, refugiadas e LGBTIQ. Os artigos também destacam a luta individual e colectiva de mulheres urbanas e rurais, camponesas, trabalhadoras agrícolas, pequenas produtoras, pastoras, pescadoras, consumidoras, mulheres à espera de asilo, refugiadas, mães, irmãs, filhas e esposas. As suas identidades e “posicionalidades” são múltiplas e fluidas ao longo do tempo e do espaço. Como revelado por uma abordagem feminista interseccional e uma perspectiva de direito à alimentação e à nutrição, as vidas e experiências das mulheres e sua relação com e acesso a alimentos adequados (ou falta deles) são moldadas não apenas por seu género, mas também pela sua raça, etnia, casta, classe, orientação ou identidade sexual, localização geográfica (urbana/rural, Norte/Sul) e (d)eficiência, entre outros fatores. As autoras do *Observatório* de 2019, Woods e Gioia, nos desafiam criticamente a não tornar as mulheres tão homogêneas. O diálogo apresentado por elas insta-nos a posicionar questões de raça, bem como de orientação sexual, no centro da nossa abordagem interseccional para o direito à alimentação e à nutrição, e do movimento de soberania alimentar em geral.⁵

As mulheres continuam a ser desproporcionalmente afectadas pela fome e tornadas invisíveis nos sistemas alimentares. No entanto, paradoxalmente, apesar de todas as tentativas de separá-las da terra, as mulheres representam a maior parte dos produtores de alimentos e trabalhadores agrícolas. Em muitas comunidades, as mulheres são portadoras de conhecimentos tradicionais sobre plantas, biodiversidade e sementes, ou seja, elas são as “progenitoras de nossas cadeias alimentares”.⁶ As mulheres também desempenham um papel fundamental na criação de gado, na proteção de florestas, rios, lagos e mares, e na pesca — da tecelagem de redes e captura de peixes, ao comércio e processamento de pescado.⁷ Simultaneamente, elas estão “na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (...), construindo globalmente o caminho para uma nova sociedade não exploradora, e na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica será dissipada.”⁸ As suas ações estão inseridas num contexto de crise ecológica, onde o risco presente e futuro de um colapso climático é uma lembrança sempre presente da fúria da natureza.

3 Como destacado no *Observatório* 2015, “(...) a FIAN Internacional, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que constituem a Rede Mundial pelo Direito à Alimentação e à Nutrição (GNRFN) interpretaram o direito à alimentação adequada e à nutrição como inerente à soberania alimentar, à total realização dos direitos humanos das mulheres, e à indivisibilidade de todos os direitos humanos.” Schieck Valente, Flavio Luiz. “A apropriação corporativa da governança alimentar e nutricional: ameaça aos direitos humanos e à soberania dos povos”. *Observatório Do Direito à Alimentação e à Nutrição*, 2015:19. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch_2015_Article_1_port_A%20apropri%C3%A7%C3%A3o%20corporativa%20da%20governan%C3%A7a%20alimentar%20e%20nutricional.pdf.

4 Ele reúne as contribuições de mais de 30 autores, entrevistados e revisores, todas, exceto uma pessoa, mulheres, de mais de 20 países de todas as regiões do mundo. Entre essas pessoas estão pequenos produtores de alimentos, uma agricultora e apicultora, uma engenheira agrônoma e uma engenheira ambiental, ativistas, académicos e pesquisadores, entre outros. Vários artigos foram elaborados através de metodologias coletivas, incluindo entrevistas, teleconferências e comentários por escrito.

5 Somos lembrados de que a reflexividade e a consciência da ‘posicionalidade’ — particularmente em torno de com quem e como no organizamos, quem fala por quem, quando e como, e quais vozes são elevadas — devem ser centrais para qualquer prática feminista significativa. Sem isso, nós caminhamos perigosamente, arriscando apagar os próprios processos e vozes que as mulheres lutam para construir.

- 6 Andrews, Donna e Lewis, Desi-ree. *Decolonising Food Systems And Sewing Seeds Of Resistance* (Descolonizando Sistemas Alimentares E Costurando Sementes De Resistência). Joanesburgo: Centro Africano pela Biodiversidade 2017. p. 2. Disponível em inglês em: [acbio.org.za/wp-content/uploads/2017/07/Decolonising-Food-Systems-and-Sowing-Seeds-of-Resistance.pdf](https://www.acbio.org.za/wp-content/uploads/2017/07/Decolonising-Food-Systems-and-Sowing-Seeds-of-Resistance.pdf); Andrews, Mercia. "A case study of the Southern African Rural Women's Assembly: 'We can bend the stick' (Um estudo de caso da Assembleia das Mulheres Rurais do Sul da África: 'Podemos curvar o graveto)". *Agenda* 33 (2019): 1-11. Disponível em inglês: www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10130950.2019.1598275; Tribunal Permanente dos Povos da África Austral sobre Empresas Transnacionais. *Relatório do Jurado do Tribunal Permanente dos Povos da África Austral sobre Empresas Transnacionais*. 18-19 de agosto de 2016. Disponível em inglês em: [permanent-peoplestribunal.org/wpcontent/uploads/2016/09/PPT_SWAZI-LAND_FINAL_SEPT2016.pdf](https://www.peoplestribunal.org/wpcontent/uploads/2016/09/PPT_SWAZI-LAND_FINAL_SEPT2016.pdf).
- 7 FIAN International. "Fishing for Gender Justice on Women's Day" (Pesca pela justiça de gênero no dia das mulheres). 8 de março de 2019. Disponível em espanhol em: <https://www.fian.org/es/noticia/articulo/pescando-por-la-justicia-de-genero-en-el-dia-internacional-de-la-mujer-2165>.
- 8 Federici, Silvia. "Women, Land-Struggles and Globalization: An International Perspective" (Mulheres, Lutas pela Terra e Globalização: Uma Perspectiva Internacional). *Journal of Asian and African Studies* 39:1-2 (2004). Disponível em inglês em: journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0021909604048250.
- 9 Smith, Kiah. "Food Systems Failure: Can we avert future crises?" (Falha nos sistemas alimentares: podemos evitar crises futuras?) Em Shucksmith Mark, e David Brown, eds. *Routledge International Handbook of Rural Studies*. Londres e New York: Routledge, 2016. pp. 250-262.

As histórias narradas nesta edição mostram que, enquanto muitas mulheres são produtoras de alimentos globalmente, quase todas as mulheres do mundo estão alimentando o mundo, como descobridoras de alimentos, fabricantes e provedoras — para homens, famílias e comunidades. As mulheres em todo o mundo são responsáveis pela maior do trabalho social reprodutivo em contextos urbanos e rurais, mesmo enquanto estão em movimento, dedicando até 10 horas por dia a essa tarefa. Seibert, Sayeed, Georgieva e Guerra elucidam o trabalho alimentar diversificado que as mulheres realizam: “do aleitamento materno (...) ao preparo e cozimento de alimentos no dia a dia, as mulheres em muitas culturas são as guardiãs das práticas alimentares saudáveis e promotoras de sistemas de alimentação e nutrição justos.” Galeano e Sosa narram que as mulheres que migram da América Central para os Estados Unidos procuram alimentos, cozinham e colocam os seus filhos em primeiro lugar quando a comida é escassa.

Em toda esta edição, as autoras ressaltam a importância de tornar visível esse trabalho social reprodutivo invisível, não remunerado e não reconhecido das mulheres. Em vários níveis, a invisibilidade é central para a manutenção do atual regime alimentar neoliberal global e o subsidia explicitamente — do lar ao campo. Particularmente nas áreas rurais e nas comunidades da classe trabalhadora, o trabalho das mulheres é “grátis” — não é reconhecido como trabalho e é frequentemente considerado como um dever da mulher. Isso obscurece a divisão social injusta do trabalho, assim como a energia e a criatividade que as mulheres dedicam à tarefa de alimentar. Esses papéis são esperados e estão incorporados socialmente, e exigem uma reflexão constante de modo a iluminar as nossas próprias suposições, bem como os valores que atribuímos aos papéis e ao trabalho da mulher na sociedade.

O NEXO DOS ALIMENTOS

Quem está com fome? Quem carrega o fardo dessa fome? Quem produz os alimentos e por quê? Essas são questões cruciais na nossa compreensão do sistema alimentar dominante e na nossa resistência ao mesmo. Uma contribuição significativa dos cinco artigos desta edição é que eles chamam a nossa atenção para o papel dos alimentos no nexo entre mulheres, violência e natureza. Cada um deles o demonstra ao exibir os múltiplos eixos de poder que ativamente discriminam o direito das mulheres à alimentação e à nutrição. No Reino Unido, por exemplo, Woods descreve como as mulheres negras, de etnias não brancas e mulheres migrantes e refugiadas têm acesso limitado a alimentos e outros direitos humanos. Essas mulheres são sub-representadas, marginalizadas, excluídas, deletadas das políticas, pesquisas e dados. A sua análise sugere que não é de forma alguma coincidência que organizações não conformes não tenham direito à alimentação e à nutrição.

O nosso olhar como leitores e leitoras dirige-se diretamente ao implacável ataque sistêmico ao bem-estar. Contextualizando este nexo dentro das múltiplas crises do período atual, os artigos trazem à tona a maquinaria política e econômica na qual o trabalho com alimentos e o ativismo estão situados. Tudo isso é resultado de papéis atribuídos ao gênero que estão enraizados na divisão sexual desigual do trabalho na sociedade patriarcal e capitalista, e que deve ser desconstruída de uma perspectiva crítica “ecofeminista”.

Propomos uma lente adicional para aprofundar e examinar este nexo, situando-o dentro de um quadro mais amplo de destruição ecológica e crise. A exploração de

recursos naturais, o declínio da biodiversidade, a poluição e a contaminação, o consumo excessivo e as mudanças climáticas são apenas alguns dos impactos socioecológicos dos sistemas alimentares contemporâneos.⁹ Isso afecta *todos* os seres humanos (ainda que desigualmente), que em última instância dependem *todos* de um planeta saudável para sobreviver e prosperar. Nós postulamos que a crise ecológica é resultado de hierarquias socialmente construídas — a dominação de “humanos por humanos”,¹⁰ permitindo-nos situar e conectar a desigualdade estrutural contra as mulheres e a destruição da natureza tanto de forma material quanto ideológica. A esse respeito, devido ao que os alimentos representam, e porque eles estão embutidos numa estrutura, o ativismo alimentar encoraja o “direito à liberdade visceral, espiritual e sensorial,¹¹ bem como o direito à indignação, revolta e raiva.

As narrativas compartilhadas nos artigos desta edição mostram principalmente a negação, o acesso limitado, a distribuição desigual e injusta dos alimentos. A negação dos alimentos como um direito humano enfraquece a nossa humanidade individual e colectiva. Alimentos não são equivalente a calorias: “[a] nutrição não pode ser separada dos alimentos, da saúde, do meio ambiente e da agricultura. A alimentação e a nutrição englobam identidade, amor, cuidado, espiritualidade, saúde física, mental e emocional. A ambas são inerentes a transmissão de métodos, conhecimentos, idiomas, cerimónias, danças e orações, histórias e cantos relacionados com a comida, as práticas de subsistência e com os alimentos tradicionais.”¹²

CAPITALISMO, PATRIARCADO E DESTRUIÇÃO ECOLÓGICA

Durante décadas, a análise crítica criticou o modelo agrícola capitalista dominante e o regime alimentar vigente.¹³ Pesquisadores e pesquisadoras mostraram as consequências negativas e impacto que ele gera sobre a sobrevivência de muitos membros da agricultura de subsistência, pequenos produtores, camponeses e pescadores dos países do Sul.¹⁴ É amplamente reconhecido que precisamos de mudanças sistémicas e uma abordagem baseada em direitos humanos para enfrentar crises paralelas de alimentos, do clima e de meios de subsistência.¹⁵ No entanto, há pouca pesquisa sobre o impacto de género do atual regime alimentar sobre as mulheres, um número menor ainda de estudos sob a perspectiva feminista, e apenas um punhado de críticas sob a óptica ecofeminista.¹⁶ O viés da fome em relação a corpos colonizados — seja nos países do Sul ou entre migrantes, refugiados ou cidadãos de primeira geração nos países do Norte — parece ausente na compreensão de quem tem fome em nível sistémico. Da mesma forma, há análise limitada sobre a raça, a classe e o género de quem está consumindo alimentos em excesso, onde residem, e como as pessoas bem alimentadas concebem os alimentos, e a sua posição socioeconómica em relação a quem passa fome.

Em contrapartida, o trabalho ecofeminista enfatiza que a “posicionalidade” é importante e lembra aos países do Norte que eles “dominam uma terra cada vez mais frágil”, ‘dominando’ “uma natureza da qual somos amplamente alienados. Como um ‘povo que vive em abundância’ produzimos uma cornucópia de bens e serviços às custas do meio ambiente, do Terceiro Mundo e dos povos trabalhadores”.¹⁷ A sociedade exige um foco renovado e uma análise sobre a superprodução e consumo exagerado de alimentos, o que implicaria medir os orçamentos alimentares, o desperdício de alimentos e, mais importante, o quão desequilibrados e desproporcionais são para aqueles que têm mais fome.

Os artigos apresentados aqui evidenciam que o sistema alimentar dominante é tendencioso. Em primeiro lugar, na história dos regimes alimentares globais, o colo-

10 Mellor, Mary. *Feminism and Ecology* (Feminismo e ecologia). Cambridge: Polity Press, 1997.

11 Lewis, Desiree. “Bodies, matter and feminist freedoms: Revisiting the politics of food” (Corpos, matéria e liberdades feministas: Revisitando a política de alimentos). *Agenda* 30:4 (2016): 6–16.

12 Galdames Castro, Mafalda e Núñez Burbano de Lara, María Daniela, “Género e soberania alimentar: as mulheres como sujeitos ativos na construção da alimentação e da nutrição, pp. 31-34. Disponível em https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/rtfnwatch_pt_web.pdf.

13 Por exemplo: George, Susan. *How The Other Half Dies* (Como a outra metade morre). Nova York: Penguin Press, 1986; Patel, Raj. *Stuffed and Starved: The Hidden Battle for the World Food System* (Cheios e famintos: A batalha oculta pelo sistema mundial de alimentos). Londres: Portobello Books, 2007; Holtz-Giménez, Eric, ed. *Food movement unite! Strategies to transform our food system* (Movimento por alimentos, una-se! Estratégias para transformar o sistema alimentar). Oakland: Food First Books, 2011; Friedman, Harriet. “From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes” (Do colonialismo ao capitalismo verde: movimentos sociais e o surgimento de regimes alimentares), em Buttel, Frederick H. e Philip McMichael, eds. “New Directions in the Sociology of Global Development” (Novas direções na sociologia do desenvolvimento global). *Research in Rural Sociology and Development* (Pesquisa em sociologia rural e desenvolvimento) 11 (2005): 227-264.

14 Por exemplo: Tsikata Dzodzi e Dede-Esi Amanor-Wilks. “Land, Labour and Gendered Livelihoods”(Terras, mão-de-obra e condições de vida de género). *Feminist Africa* 12 (2009). Disponível em inglês em: www.agi.ac.za/agi/feminist-africa/12.

15 Mahon, Claire. “The right to food: a right for everyone” (O direito a alimentos: um direito para todos), em Rosin, C., P. Stock, P e H. Campbell, eds. *Food Systems Failure: The global food crisis and the future of agriculture*. (Falha nos sistemas alimentares: A crise alimentar global e o futuro da agricultura). Oxon UK: Earthscan/Routledge, 2012. pp. 83-97; Relatório do Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação. *Conselho de Direitos Humanos Trigesima-primeira sessão, Item 3 da Agenda - Promotion and protection of all human rights, civil, poli-*

tical, economic, social and cultural rights, including the right to development (Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento). A/HRC/31/51. 2015. Disponível em inglês, espanhol, chinês, árabe e russo: [un-docs.org/en/A/HRC/31/51](https://www.un-docs.org/en/A/HRC/31/51).

16 Por exemplo: Shiva, Vandana. *Who really feeds the world?: The failures of agribusiness and the promise of agroecology* (Quem realmente alimenta o mundo?: Os fracassos do agronegócio e a promessa da agroecologia). Berkeley: North Atlantic Books, 2016. pp. 56-66; e *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. Londres: Zed Books, 1989; Cock, Jacklyn. "A feminist response to the food crisis in contemporary South Africa" (Uma resposta feminista à crise alimentar na África do Sul contemporânea). *Agenda* 30:1 (2016): 121-132. Disponível em inglês em: www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10130950.2016.1196983.

17 Merchant, Carolyn. *Ecological Revolutions: Nature, Gender and Science in New England* (Revoluções ecológicas: Natureza, gênero e ciência na Nova Inglaterra). Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1989. p. xiii.

18 Federici. Nota supracitada 8.

19 Merchant, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution* (A morte da natureza: mulheres, ecologia e a revolução científica). Nova York: Harper & Row, 1990; Mies, Maria e Vandana Shiva. *Ecofeminism* (Ecofeminismo). Londres: Zed Books, 2014; Federici, Silvia. *Revolution at Point Zero* (Revolução no ponto zero). Oakland: PM Press, 2012.

20 Ruder, Sarah-Louise e Sophia Rose Sanniti. "Transcending the Learned Ignorance of Predatory Ontologies: A Research Agenda for an Ecofeminist-Informed Ecological Economic" (Transcendendo a ignorância aprendida das ontologias predatórias: uma agenda de pesquisa para uma economia ecológica informada por ecofeministas). *Sustainability* 11(5), (2019):1479. Disponível em inglês em: www.mdpi.com/2071-1050/11/5/1479.

21 Razavi, Shahra. "Engendering the political economy of agrarian change" (Engendrando a economia política da mudança agrária). *Journal of Peasant Studies*, 36: 1 (2009):198.

nialismo, o imperialismo, a globalização e o neoliberalismo sempre tentaram privatizar a terra e deslocar as mulheres da produção de alimentos, de modo a consolidar a dependência nos mercados globais de alimentos.¹⁸ Isso foi conquistado através de políticas alimentares e agrícolas neoliberais, capitalistas (ou seja, dominantes), bem como da privatização de serviços sociais e da redução da proteção social. Vários artigos nesta edição do *Observatório* citam algumas barreiras fundamentais ao direito das mulheres à alimentação e à nutrição, como os programas de ajuste estrutural do Banco Mundial, a liberalização de tarifas e da importação, a desregulamentação dos mercados e do setor financeiro, e uma mudança no foco da produção de alimentos, do consumo local às exportações. Outros factores incluem o desmantelamento de conselhos de alimentação e nutrição e conselhos agrícolas; políticas de reforma agrária favoráveis ao mercado; ausência de salários decentes; açambarcamento de terras; corporativismo e privatização; e a expropriação camponesa. Como resultado, a fome afecta desproporcionalmente as mulheres, particularmente no Sul Global.

Em segundo, de igual importância é reconhecer que o atual regime alimentar se baseia num modelo extrativista, que provoca uma destruição ecológica irrefutável nos recursos dos quais as mulheres do mundo inteiro dependem. Galeano e Sosa citam a desapropriação de terras de comunidades camponesas, indígenas e garífunas (afrodescendentes) para o avanço do extrativismo em Honduras — e a consequente destruição da agricultura de pequena escala — como uma das causas estruturais da feminização da pobreza e da migração. Da mesma forma, Leyesa e Gioia criticam o modelo extrativista de produção, e Seibert et al. rejeitam o "modelo predatório do capitalismo agrário" e validam a desconstrução dos sistemas opressivos e exploradores aos quais as mulheres são submetidas. É algo semelhante à exploração da natureza ao centro das perspectivas ecofeministas.¹⁹

Em terceiro, ao tornar o género visível no processo de trabalho com alimentos e sistemas alimentares, procuramos tornar aparente a divisão injusta do trabalho e mostrar como o capitalismo patriarcal explora e extrai o trabalho das mulheres (bem como pessoas de cor, animais não humanos, a natureza e outros 'outros').²⁰ As feministas há muito criticam os processos de reestruturação neoliberal como "uma tentativa do capital (e do Estado) de transferir o fardo da reprodução e do cuidado da força de trabalho para os ombros das mulheres (e meninas), cujo trabalho não remunerado (erroneamente) presumia ser infinitamente elástico, e considerava (também erroneamente) a administração dos lares e das famílias algo garantido"²¹ Do ponto de vista dos direitos e da subsistência, é impossível separar os conhecimentos, práticas, trabalho e valores quotidianos das mulheres em torno da provisão e consumo de alimentos das condições exigidas para o funcionamento eficaz dos sistemas alimentares globais e dos ambientes dos quais dependem.²² Isso levou algumas feministas²³ a reduzir a ênfase nos mercados capitalistas como a "norma", a fim de dar mais peso a "economias diversas" nas quais ocorre grande parte do trabalho das mulheres.

PODER E VIOLÊNCIA

A violência é uma "forma primária de discriminação, que impede as mulheres de se engajarem no seu próprio direito à alimentação e à nutrição adequadas e nos esforços para superar a fome e a desnutrição".²⁴ As diversas experiências das mulheres apresentadas nos artigos refletem isso. Essa violência estrutural, sistemática e baseada no género ocorre em casa, no nível das famílias, dentro das comunidades e culturas, e é promovida pelas empresas e pelo Estado. Sob o patriarcado, a violên-

cia afecta todas as mulheres, mas algumas são mais perseguidas que outras: Gioia mostra que “as pessoas de géneros não conformes sabem o que significa discriminação múltipla (...) as mulheres afrodescendentes sofrem altos níveis de violência e discriminação pela sociedade e pela polícia” . Citada por Leyesa, a pesquisadora curda Salima Tasdemir narra como “ a deslocação forçada (de curdos) e a desflorestação das matas lideradas pelo Estado afectaram a vida da população local devido à perda de gado e à destruição de lavouras e pomares, instrumentos agrícolas e outros bens”. Galeano e Sosa destacam a violência liderada pelo Estado contra as mulheres defensoras dos direitos humanos/ambientais e incidências generalizadas de assédio sexual, agressão e até mesmo assassinatos, nas quais “as mulheres que são mais atacadas defendem a terra e os direitos dos povos indígenas”. Os artigos também mostram como seis em cada dez mulheres que migram da América Central para os Estados Unidos são violadas durante a jornada. A ativista filipina Mary Ann Manahan, também citada por Leyesa, narra como mulheres ativistas e jornalistas enfrentam ameaças de violência sexual on-line nas Filipinas. O artigo de Woods relaciona o racismo, as leis de imigração e a negação ativa dos direitos humanos das mulheres com acesso desigual à justiça e assistência legal para as mulheres no Reino Unido.

Nestes exemplos, o preconceito e a discriminação são evidentes e direcionados às mulheres. Suas experiências de desigualdade de género relacionadas às suas identidades /posicionamento social estão entrelaçadas com atitudes e ações que discriminam, excluem e limitam o direito das mulheres à alimentação e à nutrição, o direito à terra e outros direitos humanos como moradia, emprego, trabalho e salários decentes, o direito a asilo e justiça. Levando essa análise mais adiante, os artigos mostram como a violência baseada em género é também um resultado sério e ameaçador do aprofundamento do autoritarismo político, da militarização, do neofascismo, do nacionalismo extremo, do conservadorismo religioso, da trans/homofobia, do neoliberalismo, do corporativismo e do imperialismo moderno. A ascensão da política de direita globalmente manifesta-se no acesso, controle e direitos das mulheres à alimentação e à nutrição através da política de migrantes e refugiados, racismo e xenofobia, e no controle patriarcal da autonomia alimentar e corporal das mulheres. Isso talvez seja mais claramente descrito por Tasdemir quando ela diz que nas regiões curdas “as mulheres são discriminadas por causa da sua identidade étnica e porque são mulheres. Elas são alvos de autoridades estatais e oprimidas pelas estruturas patriarcais das suas próprias sociedades”.

Queremos acrescentar a essa perspectiva uma avaliação mais crítica do papel que a violência contra as mulheres desempenha em relação aos sistemas alimentares: a violência ativa contra as mulheres — ainda que diferenciada por raça, classe, etnia, orientação sexual ou localização geográfica — não é nada mais que a política reacionária dos poderosos para manter a hierarquia que é status quo do patriarcado. Sob uma perspectiva ecofeminista, a violência, a discriminação e outras injustiças contra as mulheres que procuram prover alimentação para si mesmas e outros em seu redor revelam muito sobre o patriarcado e as “relações dominantes, exploradoras e opressivas que validam e mantêm as desigualdades estruturais essenciais ao capitalismo”.²⁵

De facto, uma longa análise da história feminista jorra luz sobre os modos como as mulheres, a natureza e o “outro” são vistos como subordinados à “norma” dominante do capitalismo masculino branco.²⁶ Todos os artigos desta edição do *Obser-*

22 Smith, Kiah. *Ethical trade, gender and sustainable livelihoods: Women, smallholders and ethicality in Kenya* (Comércio ético, género e meios de vida sustentáveis: mulheres, pequenos agricultores e ética no Quênia). Londres: Routledge, 2014.

23 Gibson-Graham, J.K. *The end of capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy* (O fim do capitalismo [como o conhecíamos]: uma crítica feminista da economia política). Oxford: Blackwell, 1996.

24 Relatório do Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação. Nota supracitada 15.

25 Ruder e Sanniti. Nota supracitada 20.

26 Mies e Shiva. Nota supracitada 19; Gibson-Graham. Nota supracitada 23; Mellor. Nota supracitada 10; Salleh, Ariel. *Ecofeminism as Politics, Second Edition: Nature, Marx and the Postmodern* (Ecofeminismo como política, segunda edição: Natureza, Marx e o pós-moderno); Londres: Zed Books, 2017; Tsing, Anna. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins* (O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas capitalistas). Nova Jersey: Princeton University Press, 2015.

vatório revelam os processos complexos e problemáticos pelos quais as mulheres passam a ser excluídas e ostracizadas dentro do sistema alimentar global, mostram como o poder e o patriarcado reafirmam a norma binária dominante entre masculino/feminino, sociedade/natureza, produção/reprodução, Norte/Sul, local/global, tradicional/moderno e cultura/economia. Essa dominação e violência são exercidas materialmente sobre o corpo das mulheres e o seu acesso à terra e outros recursos naturais, e de forma cultural e política, através da desvalorização do trabalho e do conhecimento das mulheres na alimentação e reprodução social.

DA RESISTÊNCIA À REBELIÃO

A organização e articulação de lutas feministas em várias partes do mundo é um elemento crítico na luta pela justiça alimentar. Na década que se passou desde a crise mundial dos preços dos alimentos de 2007/8, o aumento sem precedentes da mobilização cívica e da resistência radical à política alimentar arraigada em todo o mundo apenas se intensificou. Isso aconteceu paralelamente aos movimentos por justiça climática, como a *Rebelião de Extinção* e as *Sextas-Feiras para o Futuro*, o *Direito de Dizer Não*, os direitos LGTBTTIQ, *#MeToo*, *#FeesMustFall* e campanhas relacionadas, como a *#BabaeAko* (Eu sou mulher) nas Filipinas, e outras revoltas pró-democracia, como a *Primavera Árabe* e o movimento *Umbrella*, em Hong Kong.

A influência das mulheres é expressada na resistência quotidiana sutil, mas poderosa, e nos movimentos sociais organizados. As mulheres no centro de experiências de injustiça alimentar e da luta para combatê-las estão em suas cozinhas, no mercado, no campo e nas cidades, aumentando a resistência de forma sustentada. Algumas estão a evitar a apropriação de terras por estatais e empresas de mineração, muitas vezes contra o pano de fundo da violência e da intimidação. No Brasil, por exemplo, Leyesa observa como “[as] mulheres que nunca haviam participado antes em organizações têm o desejo de o fazer, de lutar pelos seus direitos”. Outras mulheres participam de conselhos locais de alimentos nas suas cidades ou em organizações internacionais de governança alimentar. Um exemplo é fornecido por Seibert et al.: Produtoras de alimentos e mulheres ativistas estão a negociar no Comité da ONU sobre Segurança Alimentar Mundial novos padrões para terras, florestas, pesca ou sistemas alimentares e nutrição, onde a sociedade civil e os povos indígenas atuam sob o lema “*Nada sobre nós, sem nós*”.

Outras, de forma lenta mas constante, estão a transformar as relações sociais de maneira discreta, alimentando-se com os frutos que elas mesmas produzem, nas hortas que plantam para alimentar as suas comunidades, como as mulheres da aldeia ecológica de Rojava, no norte da Síria, cuja história Tasdemir compartilha. Todas elas nos lembram que “o pequeno é bonito”, e que a política subversiva é um componente-chave do armamento contra o ataque implacável do capitalismo patriarcal. O imenso poder de resistência das mulheres não pode ser minimizado. Como resumido pela académica feminista Federici:

devemos reconhecer que a persistência e a prevalência da agricultura de subsistência é um facto surpreendente considerando que (...) o desenvolvimento capitalista tem sido uma premissa da separação entre (...) mulheres (...) e a terra. Na verdade, isso só pode ser explicado com base numa tremenda luta encampada pelas mulheres para resistir à comercialização da agricultura.²⁷

²⁷ Federici. Nota supracitada 8. p.48.

REDESENHO DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Em todos os artigos da edição deste ano do *Observatório*, as autoras destacam a revolta sentida pelas mulheres em todo o mundo e como elas se organizam, se mobilizam e resistem. As mulheres são protagonistas centrais da luta pela agroecologia e soberania alimentar (Seibert et al.), na solidariedade indígena e não indígena (Galeano e Sosa), e na rejeição da violência corporativista (Leyesa) e discriminação baseada no sexismo, classe e raça (Woods). Como escreve Gioia, “a luta para desafiar as normas de gênero, procurar autonomia corporal e derrubar estruturas patriarcais (...) racistas e coloniais pode, por sua vez, ser uma ameaça às elites conservadoras”. Da mesma forma, a ativista brasileira Michela Calaça, citada em Leyesa, propõe a construção de alianças internacionais para resistir ao agronegócio e proteger e promover “a natureza, as sementes transmitidas de geração em geração pelos camponeses e camponesas, a alimentação real e a agroecologia”, enfatizando que tal luta “também beneficiará o planeta que sofre com os efeitos da mudança climática”.

As mulheres são, e sempre foram, o centro da criação de políticas alimentares radicais que têm o poder de nos reconectar com a natureza, refazer as relações sociais e priorizar a justiça interseccional.²⁸ Apoiando isso, com exemplos de Cuba, Índia, Ruanda e Mali, Seibert et al. ilustra como as mulheres em todo o mundo estão avançando práticas agroecológicas que procuram a justiça social e ecológica. Essas práticas podem transformar não apenas a nossa relação com a natureza, mas também as relações de gênero dentro das comunidades, fortalecendo a autonomia feminina, o reconhecimento do trabalho das mulheres e a criação de espaços de participação igualitária. No entanto, para a agroecologia alcançar esse potencial transformador plenamente, uma abordagem feminista é indispensável. Gioia compartilha a experiência da fazenda comunitária Land Dyke Feminist Family Farm no Taiwan, cujos membros estão simultaneamente levando a consciência de gênero para práticas agrícolas e promovendo a biodiversidade através da agroecologia. A autora argumenta que tais experiências podem ajudar-nos a repensar e redefinir tanto o conceito de família — passando de um modelo monolítico, heteronormativo e paternalista para uma abordagem pluralista — quanto a maneira pela qual a agricultura e as propriedades agrícolas são estruturadas. Esta é apenas uma maneira de as mulheres desenvolverem formas alternativas de poder e novas narrativas para a justiça alimentar e a soberania alimentar.²⁹

Ao reconhecer que as transações não mercantis e o trabalho doméstico não remunerado constituem até 50% das atividades econômicas em nível global, “a violência discursiva implicada no ato de falar sobre economias ‘capitalistas’”³⁰ pode ser questionada. Nesta edição do *Observatório*, por exemplo, Seibert et al. apontam para a necessidade de se gerar uma nova economia onde o trabalho produtivo e reprodutivo seja visível e compartilhado. Atividades que refletem uma visão diferente da economia, incluindo os esforços de resistência das mulheres, podem ser imaginadas, creditadas, valorizadas e respeitadas de forma diferente.

Procuramos oferecer uma perspectiva adicional: destacamos que os alimentos são a natureza. Nossa perspectiva sobre os alimentos é enquadrada dentro de uma abordagem holística, que reconhece a nossa profunda conexão e interconexão com a teia sócioecológica da vida.³¹ Alimento é sustento: Ele mantém o corpo e a alma, a sua nutrição é uma afirmação da vida. Alimento é significado e, através dele, expressamos a nossa biodiversidade social, cultural e ecológica. Como tal, somos lem-

28 Andrews e Lewis. Nota supracitada da 6.

29 Cock, Jacklyn. “A feminist response to the food crisis in contemporary South Africa” (Uma resposta feminista à crise alimentar na África do Sul contemporânea). *Agenda* 30 (2016): 121-132.

30 Gibson-Graham, J.K. “Diverse economies: performative practices for ‘other worlds’ (Economias diversas: práticas performativas para ‘outros mundos’). *Progress in Human Geography* 32(5) (2008):615.

31 Tsing. Nota supracitada 26.

brados de que “entendendo que todos somos parte da natureza nos alimentos que ingerimos, na água que bebemos e no ar que respiramos, reconhecendo a nossa interdependência ecológica e social e a nossa vulnerabilidade compartilhada”.³² Ao trazer à tona questões de poder em relação a raça, classe, etnia, gênero e sexualidade, e ao destacar a quem está a ser negado o direito à alimentação e à nutrição, nós simultaneamente expomos a violência estrutural que degrada as pessoas e o meio ambiente. A negação do direito à alimentação é a negação da vida, da natureza e do eu. Tornar visível o quão intrínseco o alimento é para o nosso sentido de ser, a nossa autoidentidade, autoexpressão, prazer, bem-estar e conexão é um ato de se tornar visível. O ato de reivindicar o direito inalienável à integridade do corpo é, em si mesmo, uma forma de política emancipatória. Ao expor a negação de direitos no nexos mulheres-violência-natureza, também abrimos espaço para nos revoltarmos colectivamente com a destruição da Terra da qual todos dependemos. Nós só temos uma casa.



EM RESUMO

Este artigo introdutório conecta as contribuições dos cinco artigos desta edição do *Observatório* através do nexos mulheres-violência-natureza. Isso mostra que, no sistema alimentar dominante, tanto as mulheres quanto a natureza são exploradas, excluídas e tornadas invisíveis, ao mesmo tempo em que demonstram novas maneiras de conviver com outras pessoas e com a natureza.



CONCEITOS PRINCIPAIS

- As identidades, experiências e o acesso das mulheres a alimentos adequados são moldados não apenas por gênero, mas também por raça, etnia, casta, classe, orientação ou identidade sexual, localização geográfica e (d)eficiências, entre outros factores. Uma abordagem interseccional é necessária.
- As mulheres continuam a ser desproporcionalmente afectadas pela fome e ocultadas nos sistemas alimentares, apesar do papel central que neles desempenham.
- É crucial tornar visível o trabalho social reprodutivo das mulheres e a injusta divisão social do trabalho, ambos fundamentais para a manutenção do atual sistema alimentar global.
- O atual sistema alimentar depende de um modelo extrativista, que causa uma destruição ecológica irrefutável dos bens comuns, dos quais as mulheres (e sistemas alimentares) dependem.
- O aumento da incidência de violência liderada pelo Estado contra mulheres que buscam alimentar as suas famílias e comunidades é sério e ameaça a vida; é um reflexo da política reacionária dos poderosos para defender o patriarcado. Desigualdade e violência limitam o direito das mulheres à alimentação e à nutrição.

- Reconhecer a interdependência ecológica e social também significa respeitar os alimentos como a natureza, como a própria vida. Ao colocar em primeiro plano as relações de poder e aqueles a quem está a ser negado o direito à alimentação e à nutrição, nós expomos a violência estrutural que degrada as pessoas e o meio ambiente.
- A influência das mulheres é expressada através da resistência quotidiana sutil e dos movimentos sociais organizados, das organizações internacionais de governança alimentar e da alimentação delas próprias e de outros em seu redor.
- O poder da revolta e resistência (individual e colectiva) das mulheres para melhorar as relações sociais e ecológicas em face de múltiplas crises não pode ser minimizado.



PALAVRAS-CHAVE

- Ecofeminismo
- Sistemas alimentares
- Patriarcado capitalista
- Nexo Mulheres-Natureza-Violência
- Crise ecológica
- Resistência